



# O Assassinato de uma jovem negra grávida é expressão da barbárie capitalista

9 de junho de 2021

A jovem negra Kathlen Romeu, de 24 anos, foi baleada durante um tiroteio na comunidade do Lins, zona norte do Rio, na última terça (8). A polícia diz ter sido alvejada antes, por narcotraficantes, e revidou. Kathlen estava grávida de 14 semanas, era vendedora em uma loja na zona sul e tinha saído da comunidade há pouco tempo, com medo da violência.

Em resposta, moradores fecharam a estrada Grajaú-Jacarepaguá em protesto. Fecharam a via com caçambas de lixo, pedras e pneus. Carregavam cartazes pedindo a paz no Lins. Outras manifestações foram convocadas pelo movimento negro, no Rio e em outras cidades como São Paulo.

Nem esfriou a revolta da população contra o extermínio que a polícia executou no Jacarezinho, há um mês, outra morte preta e pobre estampa as capas dos jornais. O fracassado argumento de “guerra às drogas” é sempre retomado, mas se desfaz no ar, quando a polícia sai dessa ação com um carregador de fuzil e um punhado de maconha, deixando para trás mais uma família destruída. Chama a atenção o fato de, no Jacarezinho, a polícia ter justificado a ação pela “proteção às crianças” que estavam sendo aliciadas, e agora, no Lins, uma criança deixou de nascer por conta da ação policial.

Kathlen é mais uma das 15 mulheres grávidas, entre as 715 mulheres baleadas “acidentalmente” em operações militares desde 2017 no Rio de Janeiro, que também inclui diversas crianças atingidas, algumas delas vítimas fatais, como Ágatha Félix, de 8 anos. Outro caso recente, que marca a letalidade policial contra os pobres e miseráveis, foi o do adolescente João Pedro, morto pelos agentes de segurança do Estado, durante uma operação policial em São Gonçalo, em abril de 2020. João Pedro foi morto dentro de casa.

A ONU, afirma que a cada 23 minutos um jovem negro é morto no Brasil. Dados da segurança pública apontam que 78% das mortes por violência policial, em 2018, correspondem a jovens negros. Esses números são amplamente conhecidos, mas é preciso partir dos dados e encontrar as explicações e respostas para a barbárie instalada na vida dos pobres e oprimidos.

No Brasil, bem como no restante da América Latina, com o avanço da crise e decomposição capitalista, agiganta-se o Estado policial. Crescem os investimentos na indústria bélica e reforça-se o aparato repressivo do Estado, incluindo aí meios técnicos de controle e vigilância. É evidente a preocupação burguesa com levantes massivos dos

explorados por suas necessidades e contra a repressão. Os casos do Chile, em 2019, EUA, em 2020, e Colômbia, em 2021, são apenas alguns exemplos da força coletiva das massas, por um lado, e do temor e violência repressiva do Estado burguês, por outro.

As raízes da violência policial não podem mais ficar ocultas sob a indignação de cada caso particular, é preciso expor seus vínculos com o capitalismo para levantar um movimento de resistência coerente e poderoso, para além das palavras reformistas ou pacifistas de “reforma da polícia”, “desmilitarização”, “controle social das polícias” etc. As polícias funcionam como braço armado da burguesia e dos governos, e as raízes de sua violência, bem como do preconceito social e racial, se encontram na propriedade privada dos meios de produção, na exploração do trabalho assalariado, na manutenção do imenso exército de desempregados e subempregados e na miséria que é imposta aos moradores das favelas e das quebradas, ou seja, se encontram na divisão da sociedade em classes. Isso expõe a necessidade de unificar a luta contra a matança dos pretos e pretas com a luta pelas necessidades mais sentidas dos trabalhadores, empregados e desempregados, contra a fome e a miséria. É por esse caminho que será possível canalizar a revolta das massas para ações concretas e contundentes contra o Estado e seus governos assassinos.

Não cabe mais ficarmos com as inúmeras notas de repúdio dos partidos, sindicatos e movimentos, com as inúmeras lives de denúncia e atos locais e limitados em seu conteúdo. Devemos rechaçar qualquer tentativa de desviar o instinto de luta para a institucionalidade da justiça burguesa, do parlamento ou das eleições. É preciso romper a passividade em todos os níveis. Chamar as assembleias presenciais e democráticas nos locais de trabalho e estudo para levantar uma plataforma de reivindicações que una, em um só movimento, a luta contra a violência policial, contra a opressão racial, com a luta por um plano próprio da classe operária e demais trabalhadores para enfrentar a crise. É necessário defender o fim de todo aparato repressivo do Estado e a criação de comitês de autodefesa nas favelas, periferias e bairros operários. E para julgar e punir os responsáveis pelo assassinato de Kathlen e tantos outros, incluindo aí o governo do Estado, é preciso constituir um Tribunal Popular. Essa plataforma permitirá aos explorados avançarem em sua defesa, organização e luta contra a decomposição capitalista e suas diversas manifestações.